Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 24975/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cherno Mamadu Lamine Nanqui, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 03/05/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 24976/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Darame, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 12/02/1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 28451/2007

Por Despachos de 13-11-2007 e 14-11-2007, respectivamente do Director-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e de SS. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Paula Cristina Almeida Cristo Fernandes, Especialista Adjunta de nível 3 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — autorizada a Licença sem Vencimento por um ano, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 73º-A do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31.03., aditado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006 de 17.08., com início em 21-11-2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Novembro de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 28452/2007

Por despacho de 06-11-2007 e 20-11-2007, respectivamente do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal e do Director-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ana Paula Tavares da Custódia, Assistente Administrativa do quadro de pessoal do Instituto Politécnico de Setúbal — transferida, nos termos do disposto no artigo 4º da lei n.º 53/2006, de 07.12., para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de Especialista Adjunto de nível 3, ficando posicionada no escalão 1, índice 238.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 28453/2007

Por despacho de 05-11-2007 do Director-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,

João Paulo Rosa Fatia, Inspector Adjunto Principal de Nível 2, da Carreira de Investigação e Fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designado em comissão de serviço pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2007, para o cargo de Chefe da Delegação Regional da Horta e responsável do PF 211, nos termos do n.º 3 do artigo 50º e do n.º 2 do artigo 68º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Rectificação n.º 2089/2007

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série n.º 165 de 28 de Agosto de 2007, Lista n.º 64/07, Despacho

n.º 19382/2007 (2º série) relativamente à concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se: Onde se lê:

«Data Nascimento

Roberto do Espirito Santo Carvalho 23-06-74»

deve ler-se:

«Data Nascimento

Roberta do Espirito Santo Carvalho 23-06-74»

19 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2090/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 8984/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de Agosto de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que:

onde se lê: “Adelina Pereira Nandingna Nhaca”

deve ler-se: “Adelina Pereira Nandingna Nhanca”

20 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 2091/2007

Por ter saído inexacta a publicação no Diário da República, II Série n.º 217 de 12 de Novembro de 2007, Lista n.º 105/07, Despacho n.º 25740/2007 (2º série) relativamente à concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se:

Onde se lê: Data Nascimento

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Agosto de 2007, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do art.º15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Deve ler-se:

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Setembro de 2007, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do art.º15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

22 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 28454/2007

Por despacho de 2007.06.11, do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça:

Lic. Carlos Manuel Lopes Malvas, assessor da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, renovada, por mais um ano, a licença especial, para o exercício transitório de funções na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, com efeitos a partir de 2007.08.01.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

22 de Novembro de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 28455/2007

Por despacho de 21 de Novembro de 2007, do Director Nacional da Polícia Judiciária, foi concedida licença sem vencimento de longa